



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



**LETICIA NORONHA DE LIMA**

**A EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR DECISÕES JUDICIAIS  
NO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**LETICIA NORONHA DE LIMA**

**A EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR DECISÕES JUDICIAIS  
NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Sueli Arnoud Fernandes.

Co-orientador: Prof. Me Christiano Coelho

**JOÃO PESSOA  
2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732e Lima, Leticia Noronha de.

A EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MEDIANTE  
DECISÕES JUDICIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA / Leticia  
Noronha de Lima. - João Pessoa, 2018.

56 f. : il.

Orientação: Maria Sueli Arnoud Fernandes.

Coorientação: Christiano Coelho.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contabilidade de custo no setor público. 2.  
Judicialização a Saúde. I. Fernandes, Maria Sueli  
Arnoud. II. Coelho, Christiano. III. Título.

UFPB/BC

**A EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MEDIANTE DECISÕES  
JUDICIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DOS  
CUSTOS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**



Presidente: Professor(a). Dr(a). MARIA SUELI ARNOUD FERNANDES. (Orientador)

Instituição: UFPB



Membro: Professor(a). Me. CRISTHIANO COELHO. (Co-orientador)

Instituição: UFPB



Membro: Professor(a). Me. SÍLVIO ROMERO DE ALMEIDA

Instituição: UFPB

João Pessoa, 10 de outubro de 2018.

Dedico este Trabalho a minha mãe,  
ROSIRENE e ao meu esposo  
FRANCISCO, por todo o esforço,  
dedicação e apoio em cada momento  
desta etapa da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus por tudo que permitiu concretizar em minha vida.

A minha mãe, por toda dedicação, amor, incentivo, cumplicidade incondicionalmente.

Ao meu amado esposo, por todas as vezes que segurou em minha mão para continuar a caminhada quando eu não encontrava mais força.

Aos meus irmãos por sempre estarem disponível a cada momento a qualquer custo.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo, força e apoio incondicional.

Aos professores, que com muita paciência e dedicação, ensinaram-me não somente o conteúdo programado, mas também o sentido da amizade e do respeito.

Ao Prof. Christiano Coelho pela oportunidade e apoio durante grande parte da jornada na academia, inclusive o processo de construção deste TCC.

Em especial, a professora Maria Sueli Arnoud Fernandes, agradeço a orientação incansável e a confiança que tornaram possível a realização do meu sonho.

A esta universidade, aos docentes, diretores, coordenadores e administração que proporcionaram o melhor dos ambientes para que esse trabalho fosse realizado.

Enfim, a todos os amigos que, direta ou indiretamente, participaram da minha formação, o meu muito eterno agradecimento.

Tudo tem seu tempo determinado, e há  
tempo para todo propósito debaixo do céu.  
(Eclesiastes 3.1)

## RESUMO

O expressivo aumento de ações por vias judiciais para obtenção de medicamentos pelos usuários do Sistema de Saúde atualmente, tem causado um impacto orçamentário nos recursos do Governo do Estado da Paraíba. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência dessa demanda nas contas públicas do Estado, como a eficiência da alocação dos recursos públicos para cumprimento dessas ações judiciais. Para isso, foi utilizado pesquisas nos sítios eletrônicos do Governo do Estado, como também no site do TCE disponíveis para consulta on-line, e em seguida comparados com os preços máximos autorizados pela ANVISA para aquisição dos referidos medicamentos. De acordo com as estimativas do presente trabalho o aumento dos recursos disponíveis no período estudado ultrapassou 1600%, o valor inicial desembolsado com esse tipo de demanda, como também foi comprovado a ineficiência na aquisição de medicamentos para atender as referidas decisões.

**Palavras chave:** Contabilidade de custos. Contabilidade de custo no setor público. Judicialização da saúde.



## **ABSTRACT**

The significant increase in lawsuits for obtaining medicines by users of the Health System currently has caused a budgetary impact on the resources of the Paraíba State Government. The purpose of this study is to analyze the influence of this demand on public accounts of the State, such as the efficiency of the allocation of public funds to comply with these lawsuits. In order to do this, we used researches on the websites of the State Government, as well as on the TCE website available for on-line consultation, and then compared with the maximum prices authorized by ANVISA for the acquisition of said medicines. According to the estimates of the present study, the increase in resources available in the period under study exceeded 1600%, the initial amount disbursed with this type of demand, as well as inefficiency in the acquisition of medicines to meet said decisions.

**Keywords:** Cost accounting. Cost accounting in the public sector. Judicialization of health.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos relevantes de 2017 .....	36
Gráfico 2 – Gastos relevantes de 2016 .....	37
Gráfico 3 - Gastos relevantes de 2015.....	37
Gráfico 4 – Perda financeira do ano de 2017 .....	39
Gráfico 5 – Perda financeira do ano de 2016 .....	40
Gráfico 6 – Evolução dos gastos públicos nos anos de 2015 a 2017 .....	41

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Despesas empenhadas para o ano de 2017.....	32
Tabela 2 – Despesas empenhadas para o ano de 2016.....	34
Tabela 3 – Despesas fixadas para o ano de 2015 .....	35
Tabela 4 – Gastos Relevantes .....	36
Tabela 5 – Empenhos pagos pelo Governo para atender as demandas judiciais em 2017 .....	38
Tabela 6 – Preço de aquisição de medicamentos.....	39

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANVISA	– Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CF	– Constituição Federal
CFC	– Conselho Federal de Contabilidade
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	– Lei de Orçamento Anual
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
PMVG	– Preço Máximo de Venda ao Governo
PNM	– Política Nacional de Medicamentos
PPA	– Plano Plurianual
PPI	– Programação Pactuada Integrada
QDD	– Quadro de Detalhamento da Despesa
RENAME	– Relação Nacional de Medicamentos
SICSP	– Sistema de Informação de Custos do Setor Público
SUS	– Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b>	14
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b>	14
1.2	JUSTIFICATIVA	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	18
1.1	CONTABILIDADE DE CUSTOS	18
1.2	ANÁLISE DE CUSTOS	19
1.3	CONTABILIDADE DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO	19
1.3.1	<b>Orçamento Público: planejamento X execução</b>	22
1.3.1.1	Plano Plurianual (PPA)	23
1.3.1.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	23
1.3.1.3	Lei de Orçamento Anual (LOA)	24
1.4	A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	25
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	29
3.1	TIPOLOGIA DE PESQUISA	29
3.2	PROCEDIMENTOS	30
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
<b>4</b>	<b>ANALISE DOS DADOS</b>	32
4.1	DADOS REFERENTES AO ANO DE 2017	32
4.2	DADOS RELATIVOS AO ANO DE 2016	33
4.3	DADOS PERTINENTES AO ANO DE 2015	34
4.4	IMPACTO NO ORÇAMENTO	35
4.5	COMPARAÇÕES DE PREÇOS NA DEMANDA JUDICIAIS EXECUTADAS ...	38
4.6	EVOLUÇÃO DOS CUSTOS PARA O ORÇAMENTO PÚBLICO	40
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	42
5.1	LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS	44
	<b>REFERÊNCIAS</b>	45
	<b>ANEXO A – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2017- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	49

<b>ANEXO B - EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2017 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO C – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2016 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO D – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2015 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal – CF (1988) no seu Artigo 196, assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. A Assistência Farmacêutica é indubitavelmente parte integrante das ações de atenção à saúde e tem na garantia de acesso ao medicamento um dos instrumentos para oferecer ao usuário dos serviços, em qualquer nível de complexidade, maior efetividade na promoção e recuperação da saúde de forma integral, segura e com racionalidade.

A Programação Pactuada Integrada (PPI/PB) contempla a alocação dos recursos e explica as responsabilidades de financiamento e de custeio da assistência das esferas municipal, estadual e federal, a fim de garantir o acesso da população a ações e serviços de saúde, inclusive assistência farmacêutica (PARAÍBA..., 2018).

O cidadão que não tem recursos próprios para aquisição de medicamentos tem o direito constituído de recorrer ao Estado, que dispõe de programas e listas de distribuição previamente aprovados, como a Relação Nacional de Medicamento (RENAME) para obtenção dos fármacos. Contudo, alguns medicamentos não disponíveis nos programas governamentais podem ser adquiridos mediante ação judicial (mandado judicial). Neste caso, o cidadão movendo um processo particular, através de um advogado, requerendo este direito de acesso ao medicamento e este sendo deferido pelo poder judiciário, faz-se obrigatório ao Estado adquiri-lo e repassá-lo ao solicitante.

Segundo Marques (2008, p. 65) existem aspectos positivos e negativos nesse recurso judiciário que garante o efetivo acesso do indivíduo ao direito fundamental da saúde.

Se por um lado, a crescente demanda judicial acerca do acesso a medicamentos, produtos para a saúde, cirurgias, leitos de UTI, dentre outras prestações positivas de saúde pelo Estado, representa um avanço em relação ao exercício efetivo da cidadania por parte da população brasileira, por outro, significa um ponto de tensão perante os elaboradores e executores da política no Brasil, que passam a atender um número cada vez maior de ordens judiciais, garantindo as mais diversas prestações do Estado. Prestações estas que representam gastos públicos e ocasionam impactos significativos na gestão pública da saúde no país.

O impacto das decisões judiciais no orçamento da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba é expressivamente relevante para a gestão eficaz dos recursos públicos, visto que o atendimento a estas decisões não foi especificamente previsto na dotação orçamentária.

Considerando o caráter imediato da execução das sentenças judiciais, e paralelamente a não previsibilidade das decisões, é propícia a análise dos custos de aquisição para a verificação da eficiência na gestão dos recursos, objeto de estudo do presente trabalho.

Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o impacto nos gastos públicos provocados pela aquisição de medicamentos exigidos por decisões judiciais?**

## 1.1 OBJETIVOS

Os objetivos elencados para a obtenção de resposta ao problema de pesquisa deste estudo foram os seguintes:

### 1.1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar o impacto da aquisição de medicamentos exigidos por decisões judiciais no nível de eficiência dos gastos públicos da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral supracitado, constatou-se a necessidade de elencar objetivos específicos, conforme segue:

- a. Analisar o impacto dos custos das decisões judiciais nas contas públicas da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba;
- b. Comparar o preço de aquisição feito pelo governo e o preço de mercado;
- c. Descrever o processo da gestão de medicamentos por via judicial junto a Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.



## 1.2 JUSTIFICATIVA

Devido à obrigatoriedade de atendimento as decisões judiciais pelo poder público, desconsiderando o impacto no orçamento da Secretaria de Saúde, questões relativas ao orçamento público, como a escassez de recursos e a não previsão de gastos, bem como a ausência do medicamento pedido nas listas de medicamentos do SUS, não são razões suficientes para uma negativa ao pedido de um tratamento médico, dado que este encontra respaldo no direito à saúde assegurada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O presente estudo pretende contribuir para o conhecimento nesse campo ao analisar a eficiência da alocação dos recursos públicos para cumprimento dessas decisões judiciais por meio da contabilização dos custos nas aquisições dos medicamentos, e analisar de que maneira esses gastos afetam o Orçamento da Secretaria de Saúde do Governo do Estado da Paraíba.

A aquisição de um bem ou serviço ofertado a população pela administração pública tem o objetivo não somente de atender a necessidade imediata do cidadão, mas a aquisição desses bens de forma responsável, na busca da eficácia e eficiência na aplicação regular dos recursos públicos, com a finalidade de melhor obtenção de resultados, onde não é mais tolerado o gasto indiscriminado e sem planejamento desses recursos.

Argumentando a esse respeito, Diniz, Dieng e Moraes (2008, p.4), afirmam que “[...] melhores investimentos, por sua vez, estão associados a adquirir o melhor produto ou serviço, com um menor custo e com análise prévia de necessidade”.

Para gerir esses recursos públicos o gestor é condicionado ao sistema de planejamento e orçamento público, criado pela CF/88, ancorado pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei de Orçamento Anual (LOA). É através desse processo que são concretizadas as escolhas políticas para as prioridades e as necessidades públicas a serem supridas ou suprimidas. Em consonância com esse sistema, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, trazendo o equilíbrio das contas públicas.

De acordo com Wang et al.(2011), a escassez de recurso faz com que a demanda de bens e serviços públicos seja sempre maior que a oferta, fazendo com que o gestor se veja obrigado a escolher prioridades. Entretanto, o direito a saúde é

um direito universal previsto na Constituição Federal. Para tanto, surgiu um atalho por meio do poder do judiciário que se tornou receptivo em atender as demandas individuais de pacientes-requerentes que pleiteiam a concessão de medicamentos através de ações judiciais.

O Judiciário brasileiro também tende a desconsiderar o impacto orçamentário de uma decisão judicial que obriga o sistema de saúde a fornecer um determinado tratamento. Para os juízes, em geral, questões relativas ao orçamento público, como a escassez de recursos e a não previsão de gasto, bem como o não pertencimento do medicamento pedido às listas de medicamentos do SUS, não são razões suficientes para se denegar o pedido de um tratamento médico, dado que este encontra respaldo no direito à saúde assegurada pela Constituição Federal. (WANG et al., 2011, p.5)

De acordo com pesquisas relacionadas a esse tema, a judicialização da saúde mesmo sendo um meio de conseguir o direito do cidadão outrora adquiridos pela Constituição/88, não diminui a onerosidade do impacto dessas decisões no orçamento público.

O desvio de fundos para tratamentos ou medicamentos determinados judicialmente, vai necessariamente retirar fundos de outras valências de uma política séria de saúde, que por certo beneficiariam um grande número de pessoas. Esses caminhos não conduzirão a maior igualdade no acesso aos cuidados de saúde, nem à melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, menos ainda a maior justiça social. Pelo contrário, a adoção desses caminhos nos faz questionar se estamos diante de um cumprimento ou de um descumprimento da Constituição. (MAZZA; MENDES, 2014, p.62)

A judicialização apresenta dois aspectos importantes no âmbito da política da saúde. Em um deles, por meio de recursos judiciais, são assegurados os bens e serviços sendo está uma justificativa coerente e justa em virtude do desabastecimento e da falta de atualização da lista de medicamentos em vigência do SUS (MACHADO, 2010; PEREIRA et al., 2010). Por outro lado, a imposição judicial pode acarretar um prejuízo a saúde como um bem coletivo, uma vez que impedem a destinação coerente dos escassos recursos públicos (COSTA, BORGES, 2010).

Contudo, o presente estudo forneceu dados que permitiu analisar como o planejamento nas aquisições de medicamentos em atendimento as decisões judiciais no Estado da Paraíba afetam a eficiência econômica e o impacto nas

contas públicas, todavia beneficiando não só a gestão governamental, mas também a sociedade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo trata da fundamentação teórica utilizada para a realização desta pesquisa com base nos referenciais que trata da Contabilidade de Custos, Análise de Custos e Contabilidade de Custos na Área Pública.

### 1.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Com a evolução da contabilidade nas últimas décadas, a Contabilidade de Custos assumiu um importante papel, passou a configurar o processo decisório das entidades. Segundo Martins (2003, p.14), “o consequente aumento da distância entre administrador, ativos e pessoas administradas, passou a Contabilidade de Custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão, a gerencial”. A contabilidade de custos busca garantir à decisão do gestor dando embasamento a tomada de decisões, visando, entre outros, a redução de custos.

De acordo com Martins:

A Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao Controle e a ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao Controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos. (MARTINS, 2003, p.15)

Ao longo da história, a Contabilidade de Custos vem desenvolvendo técnicas e procedimentos para o aperfeiçoamento da informação, visando atender as necessidades do usuário. Depois de 1945, o desenvolvimento mais importante na Contabilidade de Custos tem sido o interesse de fornecer informações para que seja um instrumento incontestável para a tomada de decisão, evidenciando que está preparada para acompanhar as mudanças atuais e fornecendo as ferramentas apropriadas para a melhoria da avaliação de estoques e análises dos custos. (BEUREN, 1993).

## 1.2 ANÁLISE DE CUSTOS

Utilizada no processo de decisão, a Análise de Custos é um instrumento que necessita de gerenciamento eficaz. É necessária a mensuração e a interpretação de dados de forma correta, com o objetivo de obter excelência na qualidade decisória da entidade, proporcionando-se assim maior eficiência no direcionamento de recursos e suas aplicações nas diversas atividades, conforme considera Oliveira e Perez Jr (2009, apud WANDERLEY; PEREIRA, 2012, p.17).

[...] O crescimento das atividades, a diversificação dos negócios, a dispersão geográfica, a sofisticação das finanças e da produção exigiram a delegação para pessoas estranhas às famílias de partes o gerenciamento das atividades administrativas, financeiras e produtivas da empresa. Naturalmente, foi cada vez mais crescente e significativa a necessidade da implantação de eficientes sistemas de relatórios gerenciais, para subsidiar as tomadas de decisão dos donos de capital, impossibilitado de participar rotineiramente de todas as fases dos processos administrativos e produtivos.

[...] Hoje as organizações mais eficientes dispõem de sofisticados sistemas de controle e apuração dos custos, integrado a todas as atividades mais importantes, que permitem a geração de complexos relatórios gerenciais, sempre atualizados e adaptados às necessidades dos diversos usuários.

A necessidade de planejamento das operações torna-se fundamental por possibilitar a entidade maior capacidade de controle sobre as suas ações no presente e nas ações futuras. Sendo assim, a utilização da Análise dos Custos tem se tornado uma ferramenta de grande importância na estruturação do processo da tomada de decisão.

Para Martins (2010, p. 218) “O importante é que o sistema de custos produza informações úteis e consistentes com a filosofia da empresa [...]”. Acredita-se que todo e qualquer sistema de custos será eficiente e cumprirá com seus objetivos se administrado da maneira adequada. Para isso, é necessário a busca de modelos que adaptados a estrutura da entidade, visem aprimorar seu sistema de informação, permitindo um melhor gerenciamento.

## 1.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO.

Da necessidade de controlar os custos públicos na área governamental surgiu a Lei nº 4.320/1964. Os artigos 85 e 99 desta lei apresentam a seguinte descrição:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

A publicação do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, direciona uma reforma administrativa da Administração Federal, evidenciando a criação de uma contabilidade mais gerencial para o setor público. Neste sentido, o art. 79 dispõe: “A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão”.

A maneira como a contabilidade deveria apurar o custo dos projetos e atividades, a fim de evidenciar os resultados da gestão, prevendo consequências à autoridade administrativa faltosa, foi especificada mediante a expedição do decreto nº 93.872/1986, no Artigo 137:

Art.137. A contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão (Dec.- Lei nº 200/67, art. 69).

§ 1º A apuração do custo dos projetos e atividades terá por base os elementos fornecidos pelos órgãos de orçamento, constantes dos registros do Cadastro Orçamentário de Projeto/Atividade, a utilização dos recursos financeiros e as informações detalhadas sobre a execução física que as unidades administrativas gestoras deverão encaminhar ao respectivo órgão de contabilidade, na periodicidade estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo, na forma estabelecida, acarretará o bloqueio de saques de recursos financeiros para os mesmos projetos e atividades, responsabilizando-se a autoridade administrativa faltosa pelos prejuízos decorrentes.

A partir da Constituição Federal de 1988 surgiu a obrigação de que qualquer órgão público deve prestar contas para avaliação a fim de manter a eficácia e eficiência da gestão, conforme determina os artigos a seguir:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestarão contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 74. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Por sua vez, o Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998, determina as providências para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos orçamentos da União, deliberando:

Art. 4º Será adotado, em cada Programa, modelo de gerenciamento que compreenda:

- I - Definição da unidade responsável pelo gerenciamento, mesmo quando o Programa seja integrado por projetos ou atividades desenvolvidas por mais de um órgão ou unidade administrativa;
- II - Controle de prazos e custos;
- III - sistema informatizado de apoio ao gerenciamento, respeitados os conceitos a serem definidos em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu normas reforçando a obrigatoriedade da utilização de informações de custos na gestão fiscal. O Art. 50 § 3º da referida lei fixa o seguinte entendimento: “A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Para enfatizar, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 25 de novembro de 2011, por meio de suas atribuições resolveu sancionar a NBC T 16.11, aprovada através da Resolução CFC nº 1.366/2011, que estabeleceu a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público. Além de apresentar o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). A mesma Resolução do CFC (2011) também transcreve a evidenciação nas demonstrações de custos neste setor.

A entidade pública deve evidenciar ou apresentar nas demonstrações de custos os objetos de custos definidos previamente, demonstrando separadamente:

- (a) o montante de custos dos principais objetos, demonstrando separadamente: a dimensão programática: programas e ações, projetos e atividades; dimensão institucional ou organizacional e funcional; outras dimensões;
- (b) os critérios de comparabilidade utilizados, tais como: custo padrão; custo de oportunidade; custo estimado;

(c) a título de notas explicativas: o método de custeio adotado para apuração dos custos para os objetos de custos; os principais critérios de mensuração; e as eventuais mudanças de critérios que possam afetar à análise da comparabilidade da informação. (CFC, 2011, p.54).

No Setor Público, a análise de custos possibilita o controle, visando mecanismos adequados de gestão, garantindo a otimização dos recursos disponíveis. No cenário atual não basta que a administração pública apenas preste os serviços, pois devem ser providos de forma satisfatória, eficiente e eficaz à comunidade.

Segundo Costa, Raupp e Dias (2017, p. 6):

A estruturação de sistema de custos pela administração pública também representa uma forma de os gestores públicos atenderem ao princípio constitucional da eficiência.

Princípio este que foi introduzido na Constituição Brasileira no ano de 1998, por meio do advento da Emenda Constitucional nº 19/1998, na qual apresenta uma nova redação ao art. 37 da constituição: 'A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.' A partir da introdução do princípio da eficiência, a administração pública brasileira passou a apresentar um modelo mais gerencial de administração, deixando de predominar o modelo burocrático.

Esse aspecto gerencial da contabilidade de custos ganha relevância por “produzir informações gerenciais para que os diversos níveis hierárquicos da administração sejam capazes de planejar, controlar e decidir com maior eficiência e eficácia no cenário brasileiro atual” (LEONE, 2016, p.25 apud, FREITAS, 2000, p. 25), em virtude do ambiente de restrição orçamentária em que vivem os órgãos públicos.

### **1.3.1 Orçamento Público: planejamento X execução**

Na Constituição Federal de 1988 foi promulgada a estrutura orçamentária para a administração Federal, Estadual e Municipal. O art. 165 estabelece os instrumentos de planejamento orçamentário baseado na hierarquia das três leis: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento anual (LOA).



### 1.3.1.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) corresponde ao plano de médio prazo com duração e execução de quatro anos. É elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano e termina no primeiro ano de mandato subsequente. Este prazo é para que ocorra uma continuidade nas ações do chefe do poder executivo que levem ao alcance dos objetivos e das metas fixados, mesmo no caso de troca de governo. Estão interligados no PPA os objetivos do estado, as políticas governamentais e os gastos previstos no orçamento anual. (PAULO, 2010).

[...] deve estabelecer a ligação entre objetivos indicativos do estado, presentes em um planejamento de longo prazo; políticas de governo, médio prazo; e finalmente, realização dos gastos previstos pelo orçamento anual. (PAULO, 2010, p.173)

A Constituição outorgou ao PPA a função da organização do Estado, porque através das suas disposições, são elaborados os demais documentos de planejamento e orçamento governamental. De acordo com o artigo 165 da CF/88, § 1º, que dispõe:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 2018).

De acordo com Paulo (2010), como forma de constatar que o planejamento é uma função indispensável ao estado, e não uma opção do governante, o legislador constituinte foi perspicaz em reconhecer que a concretização do plano só é possível se o mesmo for contemplado nas leis orçamentárias.

### 1.3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) constitui-se na lei que regula a elaboração dos orçamentos anuais, compreendendo as prioridades em consonância com o PPA, ajustando suas diretrizes, objetivos e metas preestabelecidas.

Art.165,§2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 2018)

O projeto de Lei da LDO deve ser encaminhado pelo Poder Executivo até o dia 5 de abril e devolvido até final do primeiro período da sessão legislativa que é no dia 17 de julho.

A lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, e normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, funciona como elo entre o PPA e a LOA. (LRF, Art.4º).

#### 1.3.1.3 Lei de Orçamento Anual (LOA)

A Lei Orçamentaria Anual (LOA) dispõe sobre a alocação de recursos previstos entre os diversos programas, projetos e atividades, de acordo com as instruções do PPA e com as prioridades definidas da LDO. Suas diretrizes estão no Art. 165 da CF/88, que dispõe:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (BRASIL, 2018)

Na LOA são definidas todas as receitas e despesas previstas para o exercício, trazendo uma dotação específica pra toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos. Qualquer tipo de pagamento que não tenha dotação específica, ou seja, as iniciais podem incorporar dotações em virtude de créditos adicionais abertos durante o exercício, esses procedimentos apresentam

um caráter limitativo e imperativo, inibindo e proibindo a administração de efetuar gastos além dos créditos concedidos.

Para acompanhar a execução do orçamento, receitas e despesas acontecem quadrimestralmente Reuniões de Análises Estratégicas (RAEs), sendo este, marco gerencial importante para o atingimento de resultados estratégicos. Do mesmo modo, é possível identificar um processo periódico de mesma frequência em relatórios financeiro-contábeis, que são apresentados pela área orçamentária ao estado.

#### 1.4 A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, estabelece em seu Art. 96 que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas **SOCIAIS** e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 2018)

Desta maneira, a constituição inaugura um novo cenário político no Brasil ao consolidar o Estado Democrático de Direito e definir políticas de proteção social, incluindo a saúde como um direito social de cidadania.

Para Silva (2005), a constitucionalização do direito à saúde deve-se ao reconhecimento deste como direito fundamental do homem, considerando “[...] o princípio de que o direito igual à vida de todos os seres humanos significa também que, nos casos de doença, cada um tem o direito a um tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica”.

Ainda de acordo com Silva (2005), este direito previsto na CF/88:

Trata-se de um direito positivo que exige prestações do Estado e que impõe aos entes públicos a realização de determinadas tarefas. [...] de cujo cumprimento depende a própria realização do direito, e do qual decorre um especial direito subjetivo de conteúdo duplo: por um lado, pelo não cumprimento das tarefas estatais para a sua satisfação, dá cabimento à ação de inconstitucionalidade por omissão (art. 102, I, a, e 103 § 2º) e, por outro lado, o seu não atendimento, in concreto, por falta de regulamentação, pode abrir pressupostos para a impetração de mandado de injunção. (BRASIL, 2018)

Com o exposto na constituição fica notório que é responsabilidade do Estado garantir medidas que possibilitem a eficácia do direito à saúde, pois este. A principal alternativa estatal para a prestação deste direito no Brasil foi instituída pela Lei 8.080/90, (atualmente alterada pelas Leis 9.836, de 23/09/99; 10.424, de 15/04/02; e 11.108, de 07/04/05) e Lei 8.142/90 com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, com diretrizes, objetivos e competências específicas.

De acordo com essas diretrizes, foi estabelecida a Política Nacional de Medicamentos (PNM) pelo Governo Federal em 1998 para fins de assistência farmacêutica, considerando a necessidade de o setor da Saúde dispor de política devidamente expressa relacionada à questão de medicamentos. O propósito “[...]é o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais” (Port. 3.916/1998).

Os medicamentos considerados essenciais são publicados periodicamente em listas denominadas atualmente por Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

Apesar de consagrado na Carta Magna e dos programas governamentais existentes, o direito à saúde não tem sido plenamente assegurado mediante ação positiva do Estado, fazendo com que uma parcela cada vez maior da população busque obter via judicial o acesso a medicamentos, tratamentos, exames, insumos ou atendimentos hospitalares.

De acordo com Marques, Silvério et al. (2016, p.177):

Ocorre que os direitos fundamentais foram positivados pelo legislador, e ,imposto pelo mesmo que fossem criadas tais políticas públicas sem estabelecer ao certo quais seriam, e de que maneira tal demanda seria efetivada, o que gera até hoje conflito na sociedade no que tange ao limite da responsabilidade do Estado em fornecer medicamentos, próteses, atendimentos médicos que não estão dispostos nas políticas públicas existentes, como por exemplo, se deve haver ou não o fornecimento de medicamento que não se encontra na lista do RENAME.

Esta medida requerida pelo cidadão na tentativa de exigir seu direito constitucional dá origem ao conceito de “judicialização da saúde”, conforme exposto por Marques (2008, p. 67):

Este é um quadro que, frequentemente, não confere ao cidadão alternativa senão buscar a tutela jurisdicional para ver garantido o seu direito. Faz-se necessário, ainda, o avanço da própria ciência, no sentido de analisar as diferentes variáveis do problema exposto e de harmonizar o entendimento sobre o que se convencionou chamar, hoje, de “judicialização” das políticas de saúde ou apenas “judicialização da saúde”.

A medida não constitui um desvio de competência, visto que cabe ao judiciário apreciar a demanda dos reclamantes, conforme explica Marques (2008, p. 66):

O Poder Judiciário, que não pode deixar sem resposta os casos concretos que são submetidos à sua apreciação, vem enfrentando dilemas e decisões trágicas, frente a cada cidadão que clama por um serviço e/ou um bem de saúde, os quais, muitas vezes, apresentam-se urgentes para que uma vida seja salva e um sofrimento minimizado. E as políticas públicas, por sua vez, encontram-se dispersas em diversos atos normativos, sem uma sistematização clara e, muitas vezes, com trâmites que contrastam com as necessidades postas nos autos.

Salvaguardados os direitos individuais de acesso à saúde, e ainda considerando não apenas a relevância, mas também a necessidade da urgência no atendimento ao cidadão, o tema ainda carece de estudos e debates no tangente aos meios de execução. Considera-se que cada demanda judicial figura como um tipo de fuga aos processos pré-estabelecidos pelo governo, o que resulta em gastos não previstos e não normatizados incidindo sobre o orçamento limitado de uma conta pública.

#### **1.4.1 Impacto da Judicialização nas contas Públicas**

De acordo com David, Andreilino, Beghin (2016), Como os gastos com a judicialização de medicamentos não constam nem nos planos anuais de saúde nem nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), seu pagamento deve ser efetuado retirando-se recursos dos componentes existentes, ou seja, criações de créditos adicionais<sup>1</sup>.

As decisões judiciais forçam uma realocação de recursos é inegável que tais interferências causam elevados impactos orçamentários a gestão prejudicando assim quem se beneficiaria desses recursos. O orçamento não sendo capaz de

---

<sup>1</sup> Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de orçamento. (Lei 4.320, art 40)

cobrir as despesas oriundas de demandas judiciais, e os serviços públicos de saúde em sua totalidade acabam causando déficit orçamentário. (MASSAÚ; BAINY, 2015)

Para os autores Mendes e Mazza (2014, p.45):

O excesso de intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas, na tentativa de se efetivarem as garantias constitucionais do direito à saúde, acaba muitas vezes impedindo a realização prática do texto constitucional. Observa-se a concessão de direitos e garantias a alguns jurisdicionados em detrimento de outros que continuam dependentes das políticas universalistas implementadas pelo Poder Executivo.

A LRF requer que os instrumentos de planejamento e orçamento haja mutuamente. PPA, LDO e LOA, são leis que determinam financeiramente, através da alocação de recursos públicos, as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. “A decisão judicial [...] não considera a complexidade dos critérios normativos legais e a possibilidade da execução por meio dos recursos alocados no orçamento” (MENDES, MAZZA, 2014, p.53).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Esse estudo teve por finalidade realizar uma pesquisa aplicada, uma vez que foi utilizado conhecimento da pesquisa básica para resolver problemas.

Para um tratamento adequado dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória. “As pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”. (LOPES, 2006)

Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca e alocação de conhecimento sobre a eficiência das aquisições de medicamentos em atendimento a decisões judiciais no Estado da Paraíba, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas, que segundo Lopes (2006), “Essa pesquisa tem como base documentação direta ou indireta que ainda não receberam tratamento analítico”.

A pesquisa também é documental, sendo exploratória, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através do levantamento bibliográfico e documentos explícitos em sítios do Governo do Estado da Paraíba. de onde foram gerados os dados da pesquisa. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).

A abordagem do tratamento da coleta de dados da pesquisa documental ocorreu de forma qualitativa com dados numéricos, procurando traduzir em quadros, tabelas e gráficos os conhecimentos gerados pelo pesquisador.

Esse estudo tomou como base estudos anteriores realizados, onde foi feita uma análise da eficiência econômica das compras de medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. (MIRANDA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2012)

### 3.2 PROCEDIMENTOS

Após a identificação do problema de pesquisa, e a devida definição dos objetivos se fez necessário planejar as etapas a serem desenvolvidas. São apresentados, a seguir, os caminhos percorridos pelo pesquisador no processo de investigação e análise.

Depois de feita uma estimativa de gastos com a judicialização para o período temporal estudado tomou-se como fontes de análise: (1) dados disponibilizados pelo Governo do Estado da Paraíba; (2) empenhos realizados e pagos, disponível no sitio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado - TCE; (3) publicações concernentes à compra de medicamentos e insumos sem licitação pela Secretaria Municipal de Saúde do Estado, constantes do Diário Oficial do Estado da Paraíba, disponível para consulta on-line. Desta forma, considera-se que foi possível analisar todo o gasto com aquisição de bens de saúde para fins de cumprimento de decisões judiciais.

Junto ao sitio eletrônico do Estado da Paraíba, foram colhidas às informações oficiais disponibilizadas pelo próprio governo acerca de sua elaboração e execução orçamentária, mais especificamente, todas as informações concernentes ao orçamento da Secretaria Estadual de Saúde. Os dados foram extraídos do site de transparência do Governo do Estado da Paraíba (<http://transparencia.pb.gov.br/orcamento/demonstrativos-fiscais>), como também feita a sua confirmação no site disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado para pesquisa publica ([https://sagres.tce.pb.gov.br/estado\\_index.php](https://sagres.tce.pb.gov.br/estado_index.php)).

Com a conclusão desse processo foi separado apenas as compras realizadas para aquisições de medicamentos para atendimentos as ações judiciais, após essa pesquisa foi feito o levantamento de preços autorizados pelo PMVG e comparados com os empenhos realizados pelo Governo do Estado.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Este estudo foi realizado a partir da análise das informações publicadas pelo Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria Estadual de Saúde referentes às decisões judiciais deferidas para aquisição de medicamentos e



insumos. A pesquisa foi feita em uma série temporal de três anos, permitindo a comparabilidade da evolução progressiva dos gastos do Estado.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir aos objetivos propostos, foram analisada uma série temporal de três anos (2015 a 2017) apreciados separadamente e depois comparados entre si.

Os dados foram obtidos na relação de empenhos feitos pelo Governo do Estado nos anos analisados para o atendimento de demandas judiciais, esses dados foram encontrados em duas classificações de empenhos: materiais de distribuição gratuita e despesas de exercícios anteriores.

### 4.1 DADOS REFERENTES AO ANO DE 2017

A Lei nº10.850/16, estima a Receita do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2017, no montante de R\$ 11.284.234.163,00 (onze bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e três reais) e fixa a Despesa em igual valor, nos termos dos Art. 166 e 167 da Constituição Estadual e do Art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.730, de 11 de julho de 2016.

Para a saúde foi fixada uma despesa corrente de R\$ 1.186.805.497,66, onde o Governo Estadual da Paraíba apresentou as seguintes rubricas com as respectivas despesas:

Tabela 1 - Despesas empenhadas para o ano de 2017		(continua)
Elemento da Despesa	Fixada (R\$)	
04 - Contratações por tempo determinado	-	
09 - Salário-Família	131.209,60	
11 - Vencimentos E vantagens fixas - Pessoal Civil	508.739.060,54	
13 - Obrigações Patronais	40.033.908,93	
14 - Diárias – Civil	880.075,00	
30 - Material de consumo	111.433.267,30	
32 - Material de Distribuição Gratuita	88.672.949,40	
33 - Passagens e despesas com locomoção	6.165.472,64	
35 - Serviços de consultoria	-	
36 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.058.572,17	
37 - Locações De Mão-De-Obra	-	
39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	289.482.867,83	
41 – Contribuições	37.105.030,05	

**Tabela 1 - Despesas empenhadas para o ano de 2017**

(conclusão)

<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Fixada (R\$)</b>
43 - Subvenções Sociais	10.849.194,51
46 - Auxílio Alimentação	R\$7.260,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$82.296,90
48 - Outros auxílios financeiros a Pessoas Físicas	R\$1.183.255,85
51 - Obras e Instalações	R\$18.262.968,98
52 - Equipamentos e material permanente	R\$4.012.774,97
91 - Sentenças Judiciais	R\$676,77
93 - Indenizações E Restituições	R\$1.235.714,83
<b>Total</b>	<b>R\$1.119.336.556,27</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Desses valores, duas rubricas são diretamente ligadas a demandas judiciais empenhadas no ano de 2017: material de distribuição gratuita e as despesas de exercícios anteriores.

Nos empenhos classificados como despesas de exercícios anteriores 100% do seu valor empenhado, destinou-se ao atendimento das demandas judiciais gerando um custo de R\$ 16.042.661,92 (dezesesseis milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos).

De acordo com os dados relatados pela Secretaria de Saúde do Estado, quanto aos valores da rubrica de materiais de distribuições gratuitas, no ano de 2017 houve 318 empenhos, 19,49%, ou seja, 62 deles foram para atender as demanda judiciais, com o montante de R\$ 13.958.440,48 (treze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).

Com a soma das duas rubricas, despesas com exercícios anteriores e materiais de distribuição gratuita, o valor dos custos com as demandas judiciais foi de R\$ 30.001.102,40 (trinta milhões, um mil, cento e dois reais e quarentas centavos) para o ano de 2017.

#### 4.2 DADOS RELATIVOS AO ANO DE 2016

A Lei nº10.633/16, estimou uma Receita do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2016 no montante de R\$ 11.337.049.745,00 (onze bilhões, trezentos e trinta e sete milhões, quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais) e fixa a Despesa em igual valor, nos termos dos Art. 166 e 167 da

Constituição Estadual e do Art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.493, de 10 de julho de 2016.

Para a saúde foi fixada uma despesa corrente de R\$ 1.095.447.078,64, onde o Governo Estadual da Paraíba apresentou as seguintes rubricas com as respectivas despesas:

<b>Tabela 2 - Despesas empenhadas para o ano de 2016</b>	
<b>Natureza das despesas</b>	<b>Despesas empenhadas (R\$)</b>
Contribuições	45.867.424,87
Despesas de exercícios anteriores	-
Diárias civil	376.670,00
Equipamento e material permanente	-
Indenizações e restituições	2.615.548,02
Material de consumo	110.566.809,37
Material de distribuição gratuita	56.796.270,12
Obras e instalações	-
Obrigações patronais	40.012.014,17
Obrigações tributárias e contributivas	47.764,94
Outros auxílios financeiros a PF	925.518,75
Outros serviços de terceiros de PF	685.800,41
Outros serviços de terceiros de PJ	292.605.316,03
Passagens e despesas com locomoção	7.963.021,68
Salário família	123.900,84
Subvenções sociais	16.327.240,98
Vencimento e vantagens fixa pessoa civil	520.533.778,46
<b>Total</b>	<b>1.095.447.078,64</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No referido ano, só houve sumpto judicial na rubrica de material de distribuição gratuita.

Segundo os dados encontrados à custa dos empenhos das decisões judiciais o para o referido ano, foi de R\$ 12.436.918,62 (doze milhões quatrocentos e trinta e seis mil novecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos).

#### 4.3 DADOS PERTINENTES AO ANO DE 2015

Segundo a Lei nº 10.437/2015, a Receita do Estado da Paraíba estimada para o exercício financeiro de 2015 foi um montante de R\$ 11.225.147.733,00 (onze bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, cento e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e três reais) e fixa a Despesa em igual valor, nos termos dos art. 166 e 167 da

Constituição Estadual e do Art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.339, de 02 de julho de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Para a saúde foi fixada uma despesa corrente de R\$ 1.119.336.556,27, onde o Governo Estadual da Paraíba apresentou os seguintes quesitos com as respectivas despesas:

**Tabela 3 – Despesas fixadas para o ano de 2015**

Elemento da Despesa	Fixada (R\$)
04 - Contratações por tempo determinado	-
09 - Salário-Família	131.209,60
11 - Vencimentos E vantagens fixas - Pessoal Civil	508.739.060,54
13 - Obrigações Patronais	40.033.908,93
14 - Diárias – Civil	880.075,00
30 - Material de consumo	111.433.267,30
32 - Material de Distribuição Gratuita	88.672.949,40
33 - Passagens e despesas com locomoção	6.165.472,64
35 - Serviços de consultoria	-
36 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.058.572,17
37 - Locações De Mão-De-Obra	-
39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	289.482.867,83
41 – Contribuições	37.105.030,05
43 - Subvenções Sociais	10.849.194,51
46 - Auxílio Alimentação	R\$7.260,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$82.296,90
48 - Outros auxílios financeiros a Pessoas Físicas	R\$1.183.255,85
51 - Obras e Instalações	R\$18.262.968,98
52 - Equipamentos e material permanente	R\$4.012.774,97
91 - Sentenças Judiciais	R\$676,77
93 - Indenizações E Restituições	R\$1.235.714,83
<b>Total</b>	<b>R\$1.119.336.556,27</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No ano referenciado, as demandas judiciais custaram aos cofres públicos a importância de R\$1.798.786,35 (um milhão setecentos e noventa e oito mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

#### 4.4 IMPACTO NO ORÇAMENTO

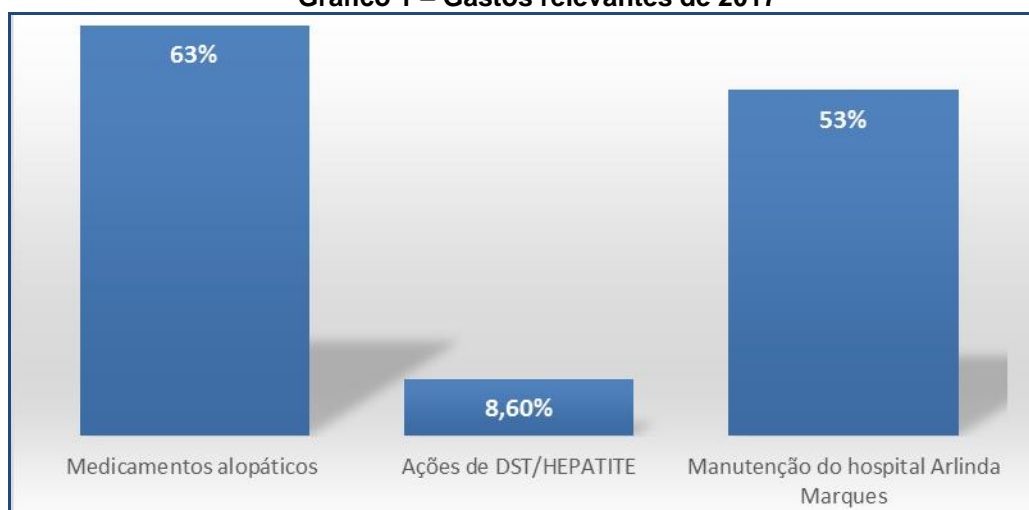
Para a Análise do impacto no orçamento das contas públicas da Secretaria Estadual da Saúde do Estado da Paraíba, foi feita a comparação com alguns gastos relevantes ocorridos nos anos de 2017 a 2015. Conforme quadro a seguir:

**Tabela 4 – Gastos Relevantes (2015-2017)**

<b>Ações</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Gastos com demandas judiciais	R\$30.001.102,00	R\$12.436.918,62	R\$1.798.786,35
Medicamentos alopáticos	R\$19.000.000,00	-	R\$1.250.000,00
Ações de DST/HEPATITE	R\$25.800.000,00	R\$5.000.000,00	
Manutenção do Hospital Arlinda Marques	R\$15.930.000,00		
Manutenção do complexo de saúde Juliano Moreira		R\$2.880.000,00	
Manutenção do Hospital Frei Damião		R\$9.600.000,00	
Manutenção do Hospital de Coremas			R\$1.600.000,00
Manutenção do Hospital de Solânea			R\$1.400.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo o QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa), no ano de 2017 o montante gasto com demandas judiciais superou em 37% todo o valor gasto com a produção, comercialização e distribuição de medicamentos alopáticos distribuído para toda a população no mesmo período, o valor gasto com essa distribuição foi de 19.000.000,00(dezenove milhões de reais), Como demonstrados no gráfico a seguir:

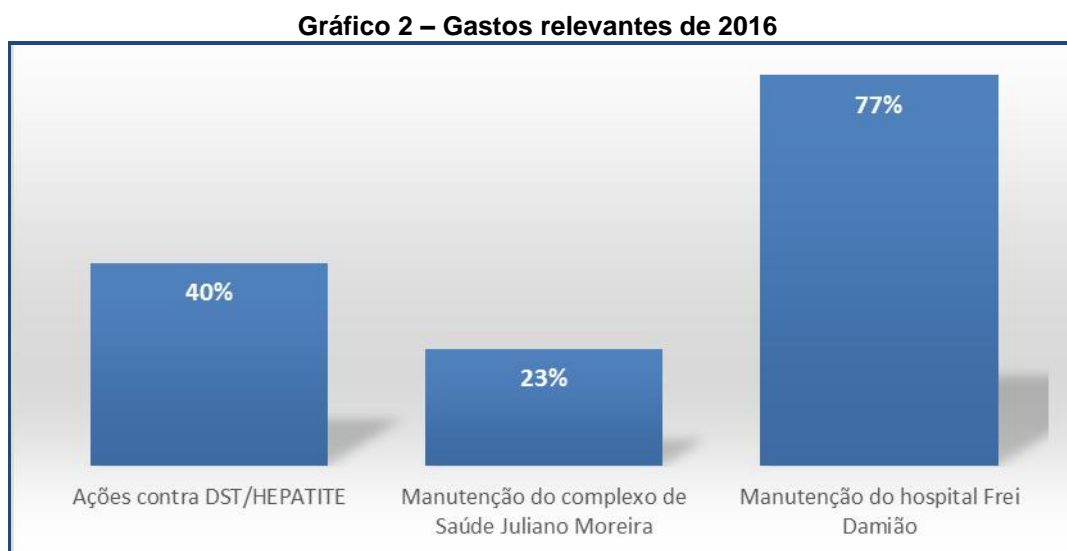
**Gráfico 1 – Gastos relevantes de 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2018),

Seguindo o mesmo critério para o ano de 2016, ao aferir a relação das despesas com demandas judiciais e outros gastos detalhados no QDD, pode-se verificar os seguintes dados relacionados na Tabela 4.

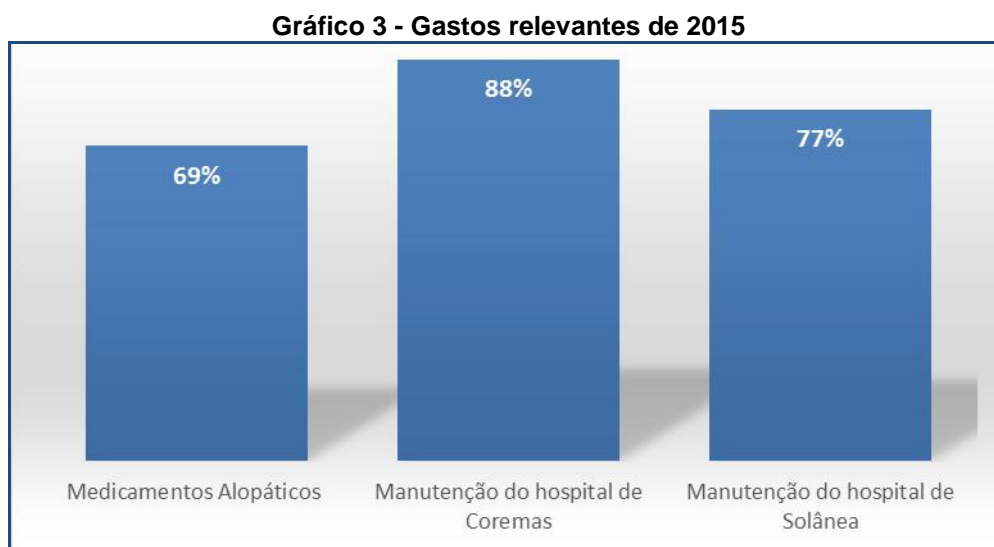
Os recursos realocados para todas as ações contra a DST/HEPATITE implementadas pelo Governo do Estado da Paraíba através da Secretaria de Saúde são equivalentes a 40% do valor gasto para gastos com demandas judiciais, e

também seria mais que suficiente para manutenção anual de uma instituição com o porte do Hospital e Maternidade Frei Damião, como demonstrados no gráfico a seguir:



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No ano de 2015, os dispêndios com as demandas judiciais, são expressivos quando relacionados a gastos totais de alguns órgãos essenciais do Governo da Paraíba, como relacionados na Tabela 4, e demonstrado, posteriormente, no Gráfico 3.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

De acordo com o QDD do ano de 2015, a manutenção anual do hospital de Coremas, foi 12% menor que os gastos com as ações judiciais do declarado ano, do

mesmo modo, toda produção, comercialização e distribuição de medicamentos alopáticos para uso humano anual ficou 31% menor que as referidas ações.

#### 4.5 COMPARAÇÕES DE PREÇOS NA DEMANDA JUDICIAIS EXECUTADAS

Com a finalidade de analisar a comparação de preços executados pelo Governo da Paraíba, fizeram-se necessários à comparação com o site da ANVISA, órgão que disponibiliza uma lista de todos os medicamentos regularizados no País, também deixa definido o preço máximo de venda que cada medicamento pode ser comercializado para o Governo (PMVG), segundo os dados relacionados a seguir:

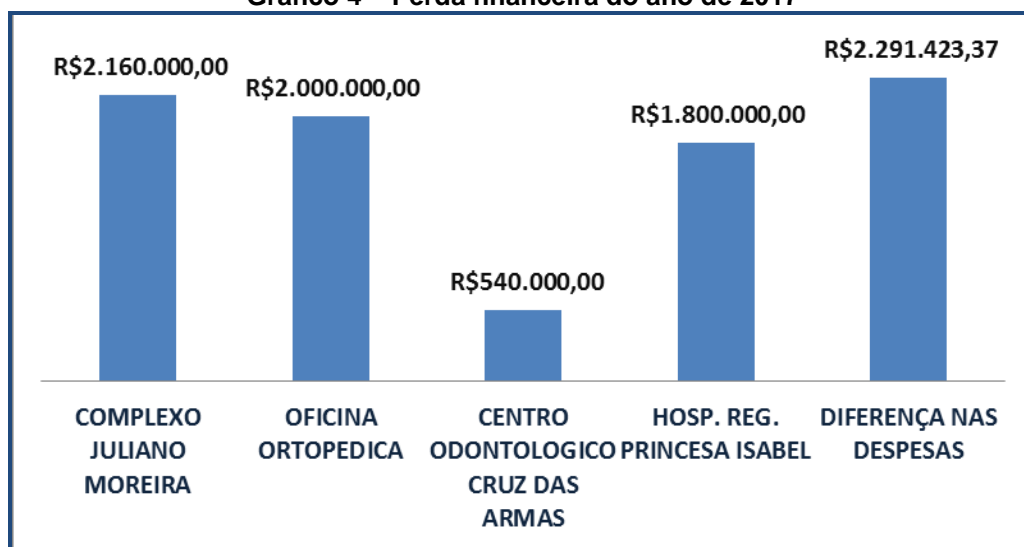
No ano de 2017, houve 62 casos de demandas judiciais operadas pelo Governo do Estado, dentre elas cinco empenhos analisados foram pagos, verificando-se que a discrepância entre o valor empenhado e o valor de preço de compra autorizado para o governo, traz um impacto considerável nas contas públicas, segundo mostra tabela abaixo:

Tabela 5 – Empenhos pagos pelo Governo para atender as demandas judiciais em 2017					
DESPESAS	EMPENHO	DATA	VALOR PAGO	PMVG	CREDOR
33903200	1993	03/03/2017	R\$4.299.500,00	R\$2.769.500,00	Majela Hospitalar Ltda.
33903200	7819	10/05/2017	R\$184.950,00	R\$37.007,33	Novartis Biociências
33903200	10326	30/05/2017	R\$841.886,40	R\$563.855,33	Eli Lilly Do Brasil Ltda.
33903200	15558	26/07/2017	R\$303.300,00	R\$155.100,00	Novartis Biociências
33903200	17383	16/08/2017	R\$224.256,96	R\$37.007,33	Novartis Biociências
<b>TOTAL</b>			<b>R\$5.853.893,36</b>	<b>R\$3.562.469,99</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2018), dados obtidos no site do TCE-PB.

De acordo com o Preço de Máximo de Venda ao Governo (PMVG), o valor dos medicamentos deveria ser de R\$ 3.562.469,99 foi adquirido através de dispensa de licitação pelo valor de R\$ 5.853.893,36, uma diferença de R\$ 2.291.423,37, no custo de aquisição, custo este que de acordo com o QDD, esse montante supera a manutenção de qualquer um dos órgãos abaixo discriminados durante um ano, Gráfico 4.



**Gráfico 4 – Perda financeira do ano de 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

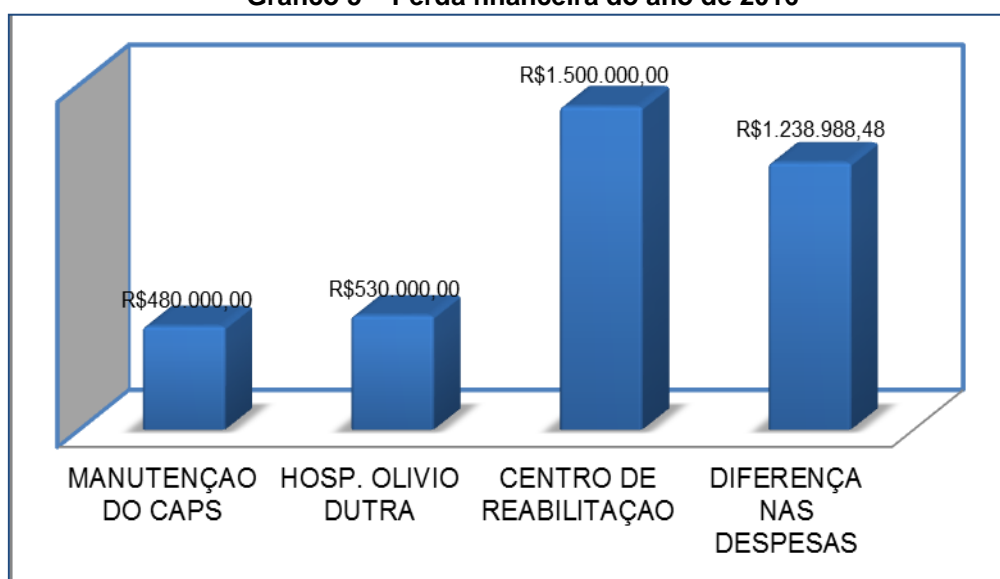
No ano de 2016, foram 40 casos relatados, de atendimento as demandas judiciais exclusivamente para compra de medicamentos, entre eles apenas três empenhos estavam com dados suficientes para que fossem feitos a análise através da comparação de preços, disponíveis no site da ANVISA. Mesmo tendo essa limitação foi encontrada evidencias da disparidade de preços com o PMVG, e os preços de aquisição dos referidos medicamentos.

**Tabela 6 – Preço de aquisição de medicamentos**

DESPESAS	Nº EMP	DATA	V. PAGO (R\$)	PMVG (R\$)	CREDOR
33903200	9643	27/05/2016	301.509,60	231.801,12	D Hosp. Dist. Imp. Exp.Ltda.
33903200	22600	03/11/2016	2.579.700,00	1.504.500,00	Majela Hospitalar Ltda
33903200	24123	02/12/2016	732.480,00	638.400,00	D-hosp. Dist. Imp. E Exp. Ltda.
<b>TOTAL</b>			3.613.689,60	2.374.701,12	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O preço de aquisição de medicamento em relação com PMVG apresentou uma diferença de R\$ 1.238.988,48 (hum milhão, duzentos e trinta e oito mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

**Gráfico 5 – Perda financeira do ano de 2016**

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados coletados, 42,77% da perda financeira da aquisição de alguns empenhos relacionados na demanda judicial do referido ano, seria suficiente para manutenção anual do Hospital Olívio Dutra, entre outras instituições de grande importância para a população que tem a sua manutenção inferior ao prejuízo financeiro ora mencionado, desse modo, conseguimos dimensionar o tamanho do impacto no orçamento.

No ano de 2015 foram registrados 59 empenhos pagos para atendimento das decisões judiciais, contudo não foi possível calcular a perda financeira por falta de dados como valor unitário e quantidade adquirida, nas notas de empenho fornecidas pelo Governo do Estado.

#### 4.6 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS PARA O ORÇAMENTO PÚBLICO

A evolução dos gastos na série temporal analisada obteve um aumento incongruente expressivo, o aumento do consumo dos recursos públicos para essas ações no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 foi de 691%, já no ano de 2017 em comparação com o ano de 2015, o crescimento foi de mais de 1.600%, esses números estão demonstrados no gráfico a seguir:

**Gráfico 6 – Evolução dos gastos públicos nos anos de 2015 a 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2018), dados obtidos no portal de transparência do Governo do Estado da Paraíba.

Foi analisado, durante o período estudado, o crescimento da perda financeira, o ano de 2015 não obteve dados suficientes para pesquisa, com isso somente foi possível analisar a diferença entre os anos de 2016 e 2017. Desta forma, foi possível observar que o aumento da perda financeira nos anos mencionados foi de 184% no período.

## 5 CONCLUSÕES

O estudo ora realizado justificou-se frente à importância do impacto que as demandas judiciais vêm impetrando ao orçamento do Governo do Estado da Paraíba através da Secretaria Estadual de Saúde.

Com o significativo resultado das rubricas demandadas pelas ações judiciais, pode-se concluir que a discrepância entre os valores de aquisição de medicamentos e o preço adquirido pelos mesmos, vem agravando negativamente a previsão do orçamento, tendo em vista que a obrigação do Governo em fornecer um medicamento através de ordens judiciais em tempo hábil abre precedente para algumas irregularidades como o preço adquirido maior que o PMVG.

No presente estudo foram analisadas as demandas judiciais que disponibilizaram informações suficientes para a análise dos dados, tendo em vista que a grande maioria dos empenhos relatados no sítio eletrônico do Governo do Estado não viabilizam suas análises devidos a falta de informação como quantidade e preço unitário do medicamento, deixando impossibilitado sua averiguação.

Para atender ao objetivo a) que foi analisar o impacto das decisões judiciais nas contas públicas da Secretaria do Estado da Paraíba, conforme foi evidenciado no gráfico 5, houve um aumento de 1.600% em 2017 em relação ao mesmo período de 2015.

Com a finalidade de cumprir o objetivo b), observou-se que a aquisição dos medicamentos para atendimento a tais demandas no período temporal estudado, somam uma perda financeira aos cofres públicos de mais de R\$ 3.500.000,00. Cujo dispêndio poderia ser evitado caso a compra tivesse sido efetuada no limite máximo permitido em lei, obedecendo ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), estipulado pela ANVISA.

Com relação ao objetivo c), que era descrever o processo de aquisição de medicamento por via judicial junto a Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, foi detectado que para o usuário ter acesso ao medicamento ele teria que, por meio de um advogado particular, entrar com uma petição junto a esfera judicial para que o juiz acate as apelações do declarante. O juiz acatando a solicitação faz o deferimento do processo a favor do usuário e, com isso, obriga o Estado a cumprir o que foi deferido.

Com a procura cada vez mais frequente por esse recurso judicial, como também o aumento esperado dessa demanda, torna-se necessário maior controle dos gastos, com a finalidade de maximizar os recursos públicos. Mesmo que a maioria dessas aquisições seja comprada obedecendo aos preceitos legais, uma parte delas ainda foi adquirida de forma ineficiente. Existem essas ocorrências pelo fato de que o tempo para disponibilizar os medicamentos autorizados nessas ações são inferiores ao que seriam necessários para um processo licitatório. Então, na maioria dos casos eles são adquiridos pelas Adesões de Registros de preços obtidos em compras anteriores, nem sempre atendendo ao PMVG.

Como foram demonstradas, no decorrer deste estudo, essas perdas financeiras são relevantes, tendo em vista que esses valores poderiam estar atendendo a população na previsão primária, como promoção a saúde ou melhorando o atendimento dos usuários no Sistema Único de Saúde (SUS).

Isto posto, se faz necessário uma programação mais eficiente nas futuras aquisições, para melhor aproveitamento dos recursos e com isso redução dos custos, diminuindo a ineficiência nas obtenções dos medicamentos, para atender de forma eficaz o usufrutuário, e também reduzir os custos para o Governo.

Conclui-se que para diminuir ou até mesmo exterminar a ineficiência nas referidas aquisições se faz necessário uma atualização continuada das pessoas responsáveis pela pesquisa de preços e uso de instrumentos da análise de custos para maior análise e comparabilidade dos custos.

Como a demanda crescente de ações judiciais a cada ano, poderia ser factível com um levantamento de histórico, fazer uso do pregão eletrônico para registros de preços, onde poderia ser observado com antecedência o teto máximo de compras do governo, estando assim disponível para uma aquisição emergencial, essa seria uma das alternativas de utilizar as ferramentas disponíveis de maneira eficaz afim de culminar o desperdício dos recursos desembolsados.

Portanto, conclui-se que o objetivo geral foi atendido, respondendo assim ao problema de pesquisa, uma vez que se detectou a ineficiência dos recursos públicos na aquisição dos medicamentos advindos de ações judiciais.

## 5.1 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Como limitação da pesquisa constata-se que a fonte de dados disponíveis no site no Governo do Estado não satisfaz no quesito transparência. A maioria das aquisições feitas para suprir as demandas judiciais disponibilizam informações insuficientes inviabilizando, assim, sua verificação quanto ao preço de compra do medicamento e quantidade adquirida, dados esses que servem para calcular o preço unitário do produto, informação necessária para comparação de preço de mercado, como também, para consulta no site da ANVISA, quanto ao PMVG.

Para sugestões de novas pesquisas recomenda-se solicitar os dados junto a Secretaria de Saúde da Paraíba, para fazer a análise na totalidade das ordens judiciais deferidas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Lista de Preços de Medicamentos – Preço Fábrica, Preço Máximo ao Consumidor e Preços de Medicamentos para Compras Públicas. Brasília, DF, 20 dez. 2011. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/2829072/LISTA+CONFORMIDADE\\_2018-09-14.pdf/340c754d-ecbe-4346-b300-47cd094b6e6a](http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/2829072/LISTA+CONFORMIDADE_2018-09-14.pdf/340c754d-ecbe-4346-b300-47cd094b6e6a)>. Acesso em: 02 out. 2018.

BEUREN, Ilze Maria. Evolução histórica da contabilidade de custos. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n.1, p. 61-66, fev. 1993. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/52-Texto%20do%20artigo-175-1-10-20090422.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.829, de 29 de outubro de 1998**. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2829.htm) >. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. **Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e das outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm) >. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d93872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm) >. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 4320, de 17 de março de 1964 – Institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 de março de 1964.

BRASIL. **Lei nº. 8080/90, de 19 de setembro de 1990**. Estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

COSTA, Anabelle Carrilho; BORGES, Máira Selva. A judicialização como acesso ao direito da saúde: considerações ao debate brasileiro. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 16, n.1, p. 77-89, jan-jun, 2010.

COSTA, Bianca dos Santos; RAUPP, Fabiano Maury; DIAS, Júlio da Silva. Sistema de custos no setor público: Um estudo nos Estados brasileiros em face de realidade de implantação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 24, 2017, Florianópolis, SC, Brasil. **Anais...** Florianópolis: 2017.

DAVID, Grazielli; ANDRELINO, Alane; BEGHIN, Nathalie. **Direito a medicamentos** – Avaliação das despesas com medicamentos no âmbito federal do sistema único de saúde (SUS) entre 2008 e 2015. 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/direito-amedicamentos-avaliacao-das-despesas-com-medicamentos-no-ambito-federal-do-sistemaunico-de-saude-entre-2008-e-2015/view>>. Acesso em: 27 set. 2018.

FREITAS, Vailson Batista de. **Custos no setor público: Desafios na Implantação de um sistema de custeio nas Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/custos-no-setor-pblico-desafios-na-implantao-de-um-sistema-de-custeio-nas-instituies-federais-de-ensino-tnico-e-tecnolgico.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências aplicadas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MACHADO, Marina Amaral de Avila. **Acesso a medicamentos via poder judiciário do Estado de Minas Gerais**. 2010. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências farmacêuticas, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.



MARQUES, Adriana; SILVÉRIO, Serrano et al. **Paraná: Vivens**, 2016. Disponível em: <<http://www.humanitasvivens.com.br/livro/fd426b5b84f8de1.pdf#page=165>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARQUES, Silvia Badim. Judicialização do direito à saúde. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-72, jul. 2008. ISSN 2316-9044. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13117>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSAU, Guilherme Camargo; BAINY, André Kabke. O impacto da judicialização da saúde na comarca de Pelotas. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 46-65, jan. 2015. ISSN 2316-9044. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/88357>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MAZZA, Fabio Ferreira; MENDES, Áquilas Nogueira. Decisões judiciais e orçamento: um olhar sobre a saúde pública. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 42-65, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rdisan/article/view/75519/79077>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MIRANDA, Camila Rocha; OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de. Compras públicas de medicamentos para atendimento a ações judiciais no estado de Minas Gerais: uma análise da eficiência econômica, 2012. Disponível em: <[https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/compras\\_publicas\\_de\\_medicamentos\\_para\\_atendimento\\_a\\_acoes\\_judiciais.pdf](https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/compras_publicas_de_medicamentos_para_atendimento_a_acoes_judiciais.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do serviço público**, Brasília, v.61, n.2, p.171-187, abr./jun.2010.

PARAÍBA. Governo do Estado. Assistência farmacêutica no sistema único de saúde. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/saude/assistencia-farmaceutica-no-sistema-unico-de-saude-competencias/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Lei nº 10.633/16 de 18 de Jan de 2016**. Estima a receita e fixa a despesas para o exercício financeiro de 2016. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/LOA-2016/ARQUIVOS/Orca/LEI10633.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

PEREIRA, Daniele Alves; WANDERLEY, Letícia. **Custos para tomada de decisão**. 2012. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Eurípedes de Marília, “Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, Marília, 2012”. Disponível em: <<http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1243/Tcc-%20Custos%20-%20Daniele%20Leticia%20%20FINALIZADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 maio 2018.

PORTAL CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n.º 1.366, de 25 de novembro de 2011: aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. 2011. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

WANG, Daniel Wei L.; VASCONCELOS, Natália Pires de; Elias de Oliveira, Vanessa; Vargas Terrazas, Fernanda, Os impactos da judicialização da saúde no município de São Paulo: gasto público e organização federativa. Revista de Administração Pública - RAP [online] 2014, 48 (Septiembre-Octubre): ISSN 0034-7612 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000500006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500006)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

**ANEXO A – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2017- DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES**

<b>DESPESA</b>	<b>EMPENHO</b>	<b>DATA</b>	<b>V. EMP.</b>	<b>CREDOR</b>
<b>33909200</b>	1947	02/03/2017	6.441.363,41	Nor prod. Dist. De Prod. Hosp. Ltda.
<b>33909200</b>	1953	02/03/2017	6.047.950,25	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33909200</b>	7162	27/04/2017	755.535,71	D-hosp Dist. Hosp Imp. E Exportação Ltda.
<b>33909200</b>	1942	02/03/2017	562.102,23	Hosp Log Com De Prod..Hosp Ltda Oncoprod.
<b>33909200</b>	7698	09/05/2017	387.000,00	Politec Saúde - Imp. E Comercio Ltda.
<b>33909200</b>	7159	27/04/2017	289.583,67	D HospDistribuidora Imp. Exp. Ltda.
<b>33909200</b>	2418	14/03/2017	288.648,87	TecnocenterMat.. Médicos
<b>33909200</b>	4465	28/03/2017	241.710,84	Produtos Roche Químicos Farmacêuticos As
<b>33909200</b>	3698	21/03/2017	188.127,00	Glenmark Farmacêutica Ltda (filial)
<b>33909200</b>	8222	17/05/2017	151.073,83	United Medical Ltda – Filial
<b>33909200</b>	7967	16/05/2017	114.178,60	Uni Hospitalar
<b>33909200</b>	8667	18/05/2017	96.706,00	Medtronic Comercial Ltda
<b>33909200</b>	8334	17/05/2017	91.161,01	HospfarInd.. Com Prod.Hosp Ltda.
<b>33909200</b>	8324	17/05/2017	81.424,50	HospfarInd. E Com De Prod.Hosp Ltda.
<b>33909200</b>	1943	02/03/2017	72.268,02	Norprod.Dist. De Prod. Hosp Ltda
<b>33909200</b>	1945	02/03/2017	72.070,35	OncoProd.Dist. De Prod.Hosp E Oncolog Sa.
<b>33909200</b>	4203	23/03/2017	65.804,42	Exata Dist. r Hospitalar Ltda
<b>33909200</b>	8341	17/05/2017	56.462,49	HospfarInd. E Com De Prod. Hosp.
<b>33909200</b>	3910	22/03/2017	23.571,00	TecnocenterMat.. Médicos
<b>33909200</b>	7407	04/05/2017	15.919,72	Farmácia De Manipulação Ltda
<b>TOTAL</b>			<b>16.042.661,92</b>	

**ANEXO B - EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2017 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

<b>DESPESAS</b>	<b>EMPENHO</b>	<b>DATA</b>	<b>V. EMP.</b>	<b>CREDOR</b>
<b>33903200</b>	10794	08/06/2017	R\$ 3.894.000,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	7819	10/05/2017	R\$ 2.614.176,40	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	10265	29/05/2017	R\$ 2.220.852,90	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	10326	30/05/2017	R\$ 841.886,40	Eli Lilly Do Brasil Ltda
<b>33903200</b>	2218	08/03/2017	R\$ 659.486,12	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	6393	19/04/2017	R\$ 527.985,60	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15557	26/07/2017	R\$ 381.402,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15558	26/07/2017	R\$ 369.900,00	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	17385	16/08/2017	R\$ 232.452,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	17383	16/08/2017	R\$ 224.256,96	Novartis Biociências As
<b>33903200</b>	16089	31/07/2017	R\$ 207.755,04	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	16467	03/08/2017	R\$ 175.140,00	TecnocenterMat.. Médicos
<b>33903200</b>	17125	08/08/2017	R\$ 174.339,00	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	4327	27/03/2017	R\$ 157.800,00	United Medical Ltda – Filial
<b>33903200</b>	2216	08/03/2017	R\$ 140.585,24	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15610	26/07/2017	R\$ 131.731,25	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	17384	16/08/2017	R\$ 113.472,00	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	17123	08/08/2017	R\$ 93.054,60	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	2211	08/03/2017	R\$ 74.700,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	16476	03/08/2017	R\$ 74.271,60	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	2028	07/03/2017	R\$ 66.600,00	Eli Lilly Do Brasil Ltda
<b>33903200</b>	16466	03/08/2017	R\$ 65.555,28	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15617	26/07/2017	R\$ 62.942,40	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15573	26/07/2017	R\$ 60.000,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15581	26/07/2017	R\$ 46.527,30	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15540	26/07/2017	R\$ 45.988,74	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	16503	03/08/2017	R\$ 45.988,74	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	15556	26/07/2017	R\$ 40.994,88	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	2029	07/03/2017	R\$ 40.145,00	Droga Fonte Ltda

<b>33903200</b>	7425	05/05/2017	R\$	20.500,00	Exata Dist. r Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	17124	08/08/2017	R\$	17.797,32	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15544	26/07/2017	R\$	16.783,20	TecnocenterMat.. Médicos
<b>33903200</b>	4632	30/03/2017	R\$	16.329,80	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	7824	11/05/2017	R\$	10.000,00	Comercial Mostaert Ltda
<b>33903200</b>	2212	08/03/2017	R\$	9.300,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15577	26/07/2017	R\$	8.918,46	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	17159	09/08/2017	R\$	8.910,00	WpNutrit Com. E ServicosEireli-me.
<b>33903200</b>	16521	03/08/2017	R\$	7.387,20	Novartis Biociências S A
<b>33903200</b>	14299	17/07/2017	R\$	6.934,38	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	6928	24/04/2017	R\$	6.480,00	Exata Dist. r Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	15569	26/07/2017	R\$	4.569,54	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15590	26/07/2017	R\$	4.046,28	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	1165	21/02/2017	R\$	3.928,00	Droga Fonte Ltda
<b>33903200</b>	14021	11/07/2017	R\$	3.744,00	Farmácia De Manipulação Ltda
<b>33903200</b>	12205	22/06/2017	R\$	3.175,20	Novartis Biociências As
<b>33903200</b>	13636	04/07/2017	R\$	3.114,00	Tecnocenter Mat. Médicos
<b>33903200</b>	10403	31/05/2017	R\$	2.796,00	AllmedDist. E Com De Prod. Farm. Ltda-epp.
<b>33903200</b>	12208	22/06/2017	R\$	2.669,25	Abbvie Farmacêutica Ltda.
<b>33903200</b>	1137	21/02/2017	R\$	1.960,40	Panorama Com. De Prod.. Med. E Farm. Ltda
<b>33903200</b>	2215	08/03/2017	R\$	1.791,00	Cirufarma Comercial Ltda
<b>33903200</b>	5065	10/04/2017	R\$	1.768,50	Uni Hospitalar
<b>33903200</b>	15550	26/07/2017	R\$	1.684,80	Tecnocenter Mat. Médicos
<b>33903200</b>	6064	18/04/2017	R\$	1.584,00	Uni Hospitalar
<b>33903200</b>	16514	03/08/2017	R\$	1.417,50	Tecnocenter Mat. Médicos
<b>33903200</b>	10404	31/05/2017	R\$	1.147,20	Drogaria Drogavista Ltda
<b>33903200</b>	6072	18/04/2017	R\$	900,00	Endocenter Comercial Ltda
<b>33903200</b>	6073	18/04/2017	R\$	900,00	Endocenter Comercial Ltda
<b>33903200</b>	13870	06/07/2017	R\$	855,00	Acácia – Com. De Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	15575	26/07/2017	R\$	828,00	Elfa Medicamentos Ltda
<b>33903200</b>	14300	17/07/2017	R\$	792,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	14020	11/07/2017	R\$	792,00	Majela Hospitalar Ltda
<b>33903200</b>	14019	11/07/2017	R\$	648,00	Tecnocenter Mat. Médicos
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 13.958.440,48</b>	

**ANEXO C – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2016 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

<b>DESPESAS</b>	<b>EMPENHO</b>	<b>DATA</b>	<b>V. EMPENHADO</b>	<b>CREDOR</b>
133903200	16526	12/08/2016	R\$ 2.579.700,00	Elfa Medicamentos Ltda
33903200	22600	03/11/2016	R\$ 2.579.700,00	Majela Hospitalar Ltda
33903200	9994	31/05/2016	R\$ 1.583.814,00	Elfa Medicamentos Ltda Bsb
33903200	9997	31/05/2016	R\$ 1.219.916,00	Elfa Medicamentos Ltda Bsb
33903200	10720	06/06/2016	R\$ 931.602,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	9998	31/05/2016	R\$ 533.370,00	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp Ltda.
33903200	14181	14/07/2016	R\$ 526.690,00	Elfa Medicamentos Ltda
33903200	13995	13/07/2016	R\$ 356.000,00	Elfa Medicamentos Ltda
33903200	9648	27/05/2016	R\$ 318.600,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	9643	27/05/2016	R\$ 301.509,60	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	14190	14/07/2016	R\$ 259.651,20	Elfa Medicamentos Ltda
33903200	10915	08/06/2016	R\$ 211.339,88	Produtos Roche Químicos Farmacêuticos As
33903200	12020	27/06/2016	R\$ 191.215,36	Norprod Dist. De Prod Hosp Ltda
33903200	9239	18/05/2016	R\$ 180.547,68	Elfa Medicamentos Ltda
33903200	4155	29/03/2016	R\$ 132.600,00	Dixon Medical Care Imp.dist. Ltda
33903200	3059	14/03/2016	R\$ 112.000,00	Uni Hospitalar
33903200	15260	29/07/2016	R\$ 111.848,40	Novartis Biociências As
33903200	2864	10/03/2016	R\$ 79.260,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	11683	15/06/2016	R\$ 72.640,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	14350	15/07/2016	R\$ 38.550,60	Hosp Log Com De Prod. Hosp Ltda Oncoprod.
33903200	8910	13/05/2016	R\$ 31.035,36	Elfa Medicamentos Ltda Bsb
33903200	14660	25/07/2016	R\$ 26.985,66	Onco Prod. Dist De Prod. Hosp E Oncolog Sa.
33903200	6724	20/04/2016	R\$ 13.797,00	Exata Dist Hospitalar Ltda
33903200	6725	20/04/2016	R\$ 8.874,12	D-hosp Dist. Hosp Imp. E Exportação Ltda.
33903200	4584	31/03/2016	R\$ 5.350,50	Masters Pharmaceuticals Imp. Exp.
33903200	12062	28/06/2016	R\$ 4.640,00	Norprod Dist. De Prod Hosp Ltda
33903200	16046	08/08/2016	R\$ 3.530,80	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp Ltda.
33903200	9647	27/05/2016	R\$ 3.460,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	12017	27/06/2016	R\$ 2.857,86	Cristalia Produtos Químicos Farm. Ltda.
33903200	12064	28/06/2016	R\$ 2.808,00	Cristalia Produtos Químicos Farm. Ltda.
33903200	9486	23/05/2016	R\$ 2.753,70	Cristalia Prod. Quim Farmacêuticos Ltda.
33903200	2816	09/03/2016	R\$ 1.960,20	Majela Hospitalar Ltda
33903200	13743	11/07/2016	R\$ 1.497,60	WpNutrition Com. E ServicosEireli-me.

33903200	13741	11/07/2016	R\$ 1.494,90	Hospfar Ind. E Com De Prod. Hosp.
33903200	9644	27/05/2016	R\$ 1.467,00	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	6050	12/04/2016	R\$ 1.254,00	Uni Hospitalar
33903200	5486	06/04/2016	R\$ 1.090,00	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	10182	01/06/2016	R\$ 844,80	Nutri Care Prod. Médicos Hosp Ltda.
33903200	12025	27/06/2016	R\$ 662,40	Produtos Roche Químicos Farmacêuticos As
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 12.436.918,62</b>	

**ANEXO D – EMPENHOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NO ANO DE 2015 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

<b>DESPESA</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>NOME</b>
33903200	2115	05/03/2015	R\$ 669,60	D-hospDist Hosp Imp. E Exportação Ltda.
33903200	2163	05/03/2015	R\$ 4.324,32	Norprod Dist. De Prod Hosp Ltd.
33903200	2174	05/03/2015	R\$ 123.000,00	Newmark Comercial Ltda.
33903200	2206	05/03/2015	R\$ 1.198,80	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2210	05/03/2015	R\$ 453,60	Abc Database Serviços Farmacêuticos Ltda.
33903200	2211	05/03/2015	R\$ 6.480,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	2214	05/03/2015	R\$ 469,80	Abc Database Serviços Farmacêuticos Ltda.
33903200	2216	05/03/2015	R\$ 897,36	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2346	09/03/2015	R\$ 387,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	2347	09/03/2015	R\$ 738,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	2349	09/03/2015	R\$ 1.152,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	2379	09/03/2015	R\$ 06.140,20	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2481	12/03/2015	R\$ 1.788,00	Nutri Care Prod. Médicos Hosp Ltda.
33903200	2740	13/03/2015	R\$ 446,88	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2754	13/03/2015	R\$ 3.780,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	2757	13/03/2015	R\$ 374,40	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2761	13/03/2015	R\$ 474,66	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	2999	16/03/2015	R\$ 300,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	3222	17/03/2015	R\$ 300,58	Futura Dist. De Med. E Prod. Saúde Ltda.
33903200	3658	19/03/2015	R\$ 80.070,00	Uni Hospitalar
33903200	3708	19/03/2015	R\$ 15.840,00	Nutri Care Prod. Médicos Hosp Ltda.
33903200	3709	19/03/2015	R\$ 500,40	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	3711	19/03/2015	R\$ 504,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	3733	19/03/2015	R\$ 750,68	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	3734	19/03/2015	R\$ 493,74	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	4033	24/03/2015	R\$ 367,20	Abc Database Serviços Farmacêuticos Ltda.
33903200	4034	24/03/2015	R\$ 897,68	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	4035	24/03/2015	R\$ 376,02	Elfa Medicamentos Ltda.



33903200	4037	24/03/2015	R\$	1.169,28	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	4039	24/03/2015	R\$	1.395,72	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	4064	24/03/2015	R\$	1.064,52	Df Distribuidora De Medicamentos Do Df
33903200	4084	24/03/2015	R\$	1.062,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	4233	25/03/2015	R\$	2.700,00	Técnica Demanda E Dist. Hosp. Ltda. Me
33903200	4247	25/03/2015	R\$	1.026,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	4249	25/03/2015	R\$	1.663,20	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	4269	25/03/2015	R\$	241,20	Futura Dist. De Med. E Prod. Saúde Ltda.
33903200	4614	27/03/2015	R\$	864,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	4617	27/03/2015	R\$	153,00	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	5046	31/03/2015	R\$	306,00	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	5047	31/03/2015	R\$	5.979,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	5050	31/03/2015	R\$	399,60	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp Ltda.
33903200	5103	31/03/2015	R\$	527,40	D Hosp Distribuidora Imp. Exp. Ltda.
33903200	6197	08/04/2015	R\$	291,60	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	6289	09/04/2015	R\$	1.239,84	Glenmark Farmacêutica Ltda. (filial)
33903200	6704	13/04/2015	R\$	216.278,47	Masters Pharmaceuticals Imp. Exp.
33903200	7691	20/04/2015	R\$	57.500,00	Tecnocenter Mat. Médicos
33903200	7861	22/04/2015	R\$	178.280,80	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	8425	27/04/2015	R\$	819,00	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	9270	04/05/2015	R\$	161.223,45	Mont. Pharma Brasil Ltda.
33903200	9274	04/05/2015	R\$	478,80	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp. Ltda.
33903200	9278	04/05/2015	R\$	159.032,46	Mont Pharma Brasil Ltda.
33903200	9280	04/05/2015	R\$	161.329,52	Mont Pharma Brasil Ltda.
33903200	9281	04/05/2015	R\$	82.109,69	Mont Pharma Brasil Ltda.
33903200	9561	06/05/2015	R\$	880,88	Elfa Medicamentos Ltda.
33903200	9634	06/05/2015	R\$	630,00	Farmácia De Manipulação Ltda.
33903200	9801	07/05/2015	R\$	162,00	OncoexoDist. De Medicamentos Ltda.
33903200	23016	15/09/2015	R\$	5.443,20	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp. Ltda.
33903200	23018	15/09/2015	R\$	1.360,80	Hospfar Ind. Com Prod. Hosp. Ltda.
<b>TOTAL</b>			<b>R\$</b>	<b>1.798.786,35</b>	